



Crédito: Clésio Júnior - Coletivo Frame

A relação entre alimentação escolar e agricultura familiar no município de Guaraniaçu - PR

The relationship between school feeding and family agriculture in the municipality of Guaraniaçu - PR

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar como ocorreu a ligação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar (AF) no município de Guaraniaçu, após a sanção da lei nº11.947/2009. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, envolvendo estudo de caso, realizada em duas escolas do município, uma localizada na cidade e a outra localizada na zona rural. A pesquisa envolveu consultas bibliográficas e pesquisa de campo, com aplicação de questionários e entrevistas com pessoas relacionadas com a agricultura familiar e com a alimentação escolar no município. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo na modalidade temática de Minayo (2007), resultando em três categorias finais. Considera-se a relevância do cooperativismo para a agricultura familiar no município estudado, que garantiu renda e trabalho para os produtores familiares. A inserção de produtos da AF foi importante para a melhoria da qualidade da alimentação das crianças, devido às características destes produtos serem naturais, frescos, minimamente processados e que respeitam a regionalidade do município. Por fim, considera-se que a escola é um espaço propício para a formação de hábitos alimentares saudáveis nas crianças, uma vez que elas passam boa parte do seu dia na escola.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Alimentação escolar. PNAE.

Bruna Cassol
Francis Mary G. Nogueira

brunacassol@hotmail.com

Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus
Cascavel

Abstract

The objective of this study was to verify how the connection between school feeding and family farming (FA) occurred in the municipality of Guaraniaçu, after the enactment of Law 11.947/2009. This is a qualitative research, involving a case study, carried out in two municipal schools, one located in the city and the other located in the rural area. The research involved bibliographical consultations and field research, with the application of questionnaires and interviews with people related to family agriculture and school feeding in the municipality. The data were analyzed based on the analysis of content in the thematic modality of Minayo (2007), resulting in three final categories. It is considered the relevance of cooperativism for family farming in the municipality studied, which guaranteed income and work for family farmers. The insertion of FA products was important for improving the quality of the children's food, because the characteristics of these products are natural, fresh, minimally processed and respect the municipality's regionality. Finally, it is considered that the school is a space conducive to the formation of healthy eating habits in children, since they spend a good part of their day at school.

Keywords: Family Farming. School feeding. PNAE.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública complementar à política educacional e serve atualmente como um importante instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A sua execução garante o acesso a alimentos para muitos estudantes de escolas públicas em todo o Brasil.

A criação do PNAE teve origem junto com as reformas educacionais na década de 1940, cuja visão de longo prazo já alertava para a necessidade de ampliar os elementos que qualificam a escola como elo fundamental entre educação e saúde. O discurso que imperava colocava os problemas de “instrução” e os de saúde num mesmo patamar, devido ao número assustador de famintos e desnutridos da época, e pela perspectiva de modernização do país. Essa perspectiva culminou na criação do Ministério da Educação e Saúde (BITTENCOURT, 2007).

Diante da obrigatoriedade da escolarização, alguns estados passaram a responsabilizar-se pelo fornecimento da merenda em suas redes de ensino (STEFANINI, 1997), motivados por movimentos sociais que pressionavam o governo com atos públicos, exigindo ações do Estado para resolver os problemas da fome e da pobreza (SANTOS & GARCIA, 2017).

Essa pressão frente ao Estado resultou na formação da Comissão Nacional de Alimentação, a CNA, em 1945, considerada a primeira política pública de alimentação do país (COIMBRA & MEIRA, 1982; VASCONCELOS, 2005).

Ainda na década de 1940, o então Instituto de Nutrição propôs que o Governo Federal assumisse, com recursos financeiros da União, o atendimento da alimentação escolar. Esta proposta não se concretizou devido à falta de dinheiro. Na década de 1950 houve a tentativa de estruturar um programa, por meio do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Este documento foi o primeiro a propor alimentação nas escolas sob a responsabilidade do Estado (STOLARSKI, 2014).

Porém, somente em 31 de março de 1955 que foi assinado o Decreto nº37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação (MEC). Em 1956, a campanha passou a ser denominada Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional (FNDE, 2017).

Durante a década de 1970, por ocasião da política desenvolvimentista, houve a priorização na aquisição de gêneros alimentícios nacionais, culminando na criação de várias indústrias nacionais produtoras de alimentos formulados. Tal situação refletiu na alimentação escolar, pois impulsionou a distribuição de produtos formulados e enlatados nas escolas públicas, com o objetivo de atender à demanda da indústria (COIMBRA & MEIRA, 1982; VASCONCELOS, 2005).

A partir de 1976, o programa de alimentação escolar passou a receber financiamento do MEC e foi integrado às políticas do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com o objetivo de proporcionar suplementação alimentar aos pré-escolares e escolares do primeiro grau, por meio de uma refeição que suprisse 15% das necessidades nutricionais diárias. Somente em 1979 que o programa passou a denominar Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (STOLARSKI, 2001), cuja nomenclatura permanece até hoje.

Até o ano de 1993, o PNAE foi executado de forma centralizada. O órgão

gerenciador era quem planejava os cardápios, adquiria os gêneros alimentícios por meio de licitações, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda realizava a distribuição dos alimentos em todo o País (FNDE, 2017).

Em geral, os alimentos eram formulados e industrializados e eram comprados de um grupo selecionado de empresas. Em sua maioria, estes alimentos não condiziam com os hábitos dos alunos, pois os cardápios eram padronizados e, muitas vezes, os produtos chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos (TRICHES & SCHNEIDER, 2010).

A partir de 1994 o governo federal instituiu a descentralização do Programa, por meio da Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, passando o gerenciamento das verbas e as ações do PNAE para os estados, os municípios e o Distrito Federal (CORRÊA et al., 2017). A partir desta lei, o PNAE passou a ter uma relação direta com o censo escolar, uma vez que é a partir dos dados das matrículas dos alunos que o governo federal repassa os recursos financeiros que serão destinados a compra dos gêneros alimentícios que irão suprir a alimentação dos alunos (SANTOS & GARCIA, 2017).

No ano 2000 foi instituído, em todos os municípios, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão autônomo, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do PNAE. Sua principal finalidade é o acompanhamento e assessoramento às entidades executoras do PNAE nas aplicações dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal à conta do Programa (BRASIL, 2008).

Em 2003, o atendimento da merenda escolar foi estendido aos alunos das creches e das comunidades indígenas. Aproximadamente 870 mil alunos de zero a três anos passaram a ser contemplados. Naquele ano, estes alunos receberam merenda escolar durante 151 dias letivos e no ano seguinte (2004), a oferta aumentou para 250 dias (CARDOSO, 2004).

Outra inclusão importante realizada no PNAE foi a exigência do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, no ano de 2006, bem como de formação do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as entidades executoras, que permitiu uma melhoria significativa tanto na qualidade do PNAE, quanto ao alcance de seu objetivo (CORRÊA, ROCKETT, ROCHA, SILVA, & OLIVEIRA, 2017). Diversas prefeituras passaram a efetuar a contratação destes profissionais para coordenarem o PNAE em âmbito local. Também em 2006, foi realizada a parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com as Instituições Federais de Ensino Superior, que culminou na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES). Os CECANES são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, destaca-se as capacitações dos profissionais sociais envolvidos no PNAE, como nutricionistas e merendeiras (FNDE, 2017).

Em 2009 ocorreu um dos mais importantes avanços para o PNAE: a aprovação da lei nº 11.947, a qual consolida a agricultura familiar com a alimentação escolar. Esta lei estabeleceu que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo governo federal aos estados e municípios devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar,

mais especificamente por meio do PAA, priorizando-se os produtos produzidos por assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (VILLAR, SCHWARTZMAN, JANUARIO, & RAMOS, 2013).

Stolarski (2014, p.18) afirma que

“[...] esta lei tornou-se um marco nas políticas públicas relativas à SAN, porque incentiva a agricultura familiar e, conseqüentemente, estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades, bem como a inovação de um novo formato para as aquisições públicas brasileiras neste segmento, as denominadas chamadas públicas.”

A sanção da lei nº11.947/09 concedeu reformulação ao PNAE, pois avançou no tocante à incorporação da sustentabilidade e do fornecimento de uma alimentação saudável e adequada aos escolares durante a jornada de aula. Além disso, estabeleceu que os cardápios devem respeitar os hábitos alimentares, a cultura e a tradição da localidade, pautados na diversificação agrícola da região (BRASIL, 2009). Também contribuiu para o fortalecimento de um setor que estava relegado pelas grandes propriedades produtoras de commodities: a agricultura familiar, que passou a ter um papel importante para a segurança alimentar dos povos, ao produzir alimentos para abastecer os mercados internos e garantir a permanência do pequeno produtor no campo.

Em 2010, primeiro ano da legislação em vigor, o montante destinado à compra de produtos da AF correspondeu a 22,7% do valor de compras para a alimentação escolar (esse valor correspondeu a R\$150.397.052,68) e aproximadamente 47% dos municípios adquiriram produtos da AF. A região centro-oeste apresentou a maior proporção de municípios com compra de gêneros da AF (35,5%) e a região sul, o maior percentual (71,3%) (SARAIVA, SILVA, SOUZA, CERQUEIRA, & CHAGAS, 2013).

Atualmente, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos que são consumidos nos lares brasileiros. A produção da agricultura familiar também corresponde por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, desempenhando papel fundamental na economia de muitos municípios, o que a torna indispensável para o desenvolvimento do Brasil (MINATEL & BONGANHA, 2015).

Dessa forma, o objetivo deste estudo é verificar como ocorreu a ligação entre a alimentação escolar e a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, após a sanção da lei nº 11.947/2009. Este trabalho deriva da dissertação de mestrado da autora (CASSOL, 2019).

MÉTODO

Esta pesquisa teve cunho qualitativo, envolvendo um estudo de caso, realizado no município de Guaraniaçu/PR, contemplando as escolas da rede municipal, ensino fundamental da área urbana e da área rural, atendidas pelo PNAE, com turmas do pré-escolar ao quinto ano do ensino fundamental, entre março e julho de 2018. Foram incluídas duas escolas no estudo, sendo uma escola na cidade e a outra no campo.

Guaraniaçu é um município localizado na Região Oeste do Estado do Paraná, a 427 Km de Curitiba, com uma população de 14.582 habitantes, com área de 1.225,6 km² (IBGE, 2010). A escolha deste município se justifica por apresentar as características comuns à maioria dos municípios brasileiros, com menos de 50 mil habitantes e

grande concentração de pequenas propriedades (menos de 100ha), e pelo vínculo afetivo com a pesquisadora.

Para desenvolver a pesquisa, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, observação de campo e pesquisa de campo envolvendo entrevista e aplicação de questionário.

A primeira etapa da pesquisa envolveu a pesquisa bibliográfica e documental, onde foram realizadas consultas em documentos oficiais do governo, ligados ao MEC, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como cartilhas, leis, resoluções, decretos de forma geral, além de artigos, dissertações e teses já publicadas sobre o tema. Ademais, foram consultados documentos exclusivos da Secretaria Municipal da Educação do município, como planilhas de custos, cardápios, Ata da Cooperativa, além de documentos relacionados ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) do município e demais materiais relevantes de apoio a esta pesquisa.

A segunda etapa englobou a pesquisa de campo, aplicação de questionários, entrevistas e observação de campo. A pesquisa de campo ocorreu na Escola Municipal Jean Piaget – Ensino Fundamental, localizada no Bairro Jardim Real, zona urbana do município e na Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares, localizada no Distrito de Guaporé, zona rural do município, ambas sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação do Município de Cascavel/PR. A seleção das escolas participantes desta pesquisa ocorreu de maneira intencional, visto que a escola do campo é a que se localiza mais distante fisicamente da zona urbana do município escolhido, em regime de dualidade com a escola estadual, e a escola da cidade pertence fisicamente ao bairro onde há maior presença de miséria e pobreza nas famílias residentes próximas à escola municipal.

Também foi realizada pesquisa de campo no prédio onde os agricultores familiares se reúnem para realizarem as entregas de produtos da AF que se destinam para a alimentação escolar. Este prédio recebe o nome comercial de Celeiro do Agricultor.

Foram aplicados questionários semiestruturados para a nutricionista responsável pela execução do PNAE no município de Guaraniaçu, e para a atual secretária municipal da Educação, em exercício no cargo, ambos contendo 19 questões abertas e fechadas referentes ao tema de estudo. Não foi realizada aplicação de questionário pré-teste e projeto piloto.

Foram realizadas entrevistas individuais com as merendeiras, os agricultores familiares, a antiga secretária de Educação do município (Gestão 2013-2016) e a interlocutora da cooperativa. As entrevistas com as merendeiras foram realizadas nas próprias escolas onde elas trabalham. Foram duas merendeiras entrevistadas, quatro agricultores familiares, uma ex-secretária e uma interlocutora (que tem como função fazer a interface da COOAFASG com os projetos do PAA e PNAE no município em questão).

Em relação às entrevistas com os agricultores familiares, estas foram realizadas às segundas-feiras, pois era o dia mais propício para encontrá-los fazendo as entregas. Este roteiro de entrevista foi composto por 14 questões, das quais foram relacionadas apenas as mais relevantes para o estudo em questão.

No total, a pesquisa contou com dez participantes, sendo dois questioná-

rios respondidos e oito entrevistas. A pesquisa de campo se desenvolveu nos meses de março a julho de 2018.

A pesquisa também contou com observação de campo, definida por Gil (2008), como o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. Esta pesquisa se ateve à observação simples, definida pelo autor como aquela em que o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação em que pretende estudar e observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. De acordo com o autor, o observador pode ser participante, quando existe a participação real com a comunidade ou grupo, e não participante, quando o observador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, ou seja, ele permanece de fora (GIL, 2008).

Nesta pesquisa, tomou-se como base a observação não participante, ou seja, foram realizadas observações durante as entrevistas realizadas e no decorrer das visitas nas escolas e no centro de comercialização permanente da agricultura familiar, porém sem interferência da pesquisadora.

A terceira etapa da pesquisa envolveu o tratamento dos dados coletados. As respostas dos questionários foram analisadas sob a forma de análise de conteúdo na modalidade temática, de acordo com Minayo (2007). As falas dos sujeitos foram sistematizadas e agrupadas por grandes temas, denominadas categorias, para possibilitar identificar os elementos dos objetivos do estudo e por indivíduos. De acordo com a autora, “a análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifique alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2007, p. 316).

Operacionalmente, a análise na modalidade temática ocorre em três fases: a pré-análise, que compreende a exploração do material por meio de várias leituras, também chamada de “leitura flutuante”; a segunda fase de exploração do material, onde se realiza a decodificação do material, realizando recortes no texto, e escolhendo regras de contagem, que serão classificadas em categorias teóricas ou empíricas; e por último o tratamento dos resultados, onde os dados brutos serão interpretados à luz do quadro (MINAYO, 2007).

Inicialmente, a análise de conteúdo fez emergir treze categorias iniciais, que foram as primeiras impressões sobre a realidade estudada. Tais categorias estão pautadas nas narrativas dos entrevistados, referencial teórico e observações. Em seguida, foi realizado o agrupamento progressivo das categorias iniciais, agrupadas por semelhança de informações e complementariedade entre elas, resultando na emergência das categorias intermediárias, num total de seis categorias.

As categorias intermediárias foram refinadas mais uma vez, com intuito de respaldar as interpretações e inferir os resultados. Estas representam a síntese do aparato das significações, identificadas no decorrer da análise dos dados do estudo. As categorias formadas com esta análise foram: a) Cooperativismo e transformação familiar; b) Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade; e por último, c) Formação de hábitos alimentares saudáveis.

Importante mencionar que o Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob o número CAAE 78431717.8.0000.0107.

RESULTADOS

Guaraniaçu é um município essencialmente agrícola, com muitas terras férteis, que favorecem o plantio de diversos alimentos, sendo os principais o cultivo de soja, milho, trigo, arroz, feijão, além da mandioca e do algodão. Como atividade de pecuária destaca-se a criação de bovinos, suínos e avicultura (WENUKA, SANDRI, LOPES, & FERREIRA, 1996).

O município possui em todo o seu território 26 escolas, sendo 13 da Rede Municipal, 06 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), 06 escolas da Rede Estadual e 01 APAE. Na Rede Municipal, foram efetuadas 1.454 matrículas no ano de 2017.

Em relação às escolas analisadas nesta pesquisa, as observações de campo demonstram que a Escola Municipal Jean Piaget está instalada fisicamente no bairro com maior concentração de pobreza da cidade, concentrando inúmeras famílias em situação de miséria, desemprego e condições precárias de vida.

De acordo com as informações coletadas durante a pesquisa de campo de maneira informal, o perfil socioeconômico das famílias dos alunos frequentadores desta escola, a renda familiar encontra-se na faixa de até dois salários mínimos. A ocupação laboral dos familiares dos alunos matriculados envolve a empregabilidade no comércio, trabalhos domésticos, serviços de diarista e construção civil, além de atividades relacionadas à agricultura. Dos alunos matriculados, 6,52% residem na zona rural, 93,47% na zona urbana.

A Escola Municipal do Campo Aracy Marques Linares teve sua fundação no ano de 1965, devido ao grande número de moradores na área rural da localidade do Guaporé, situada próxima ao Rio Piquiri. Além disso, o agrupamento de moradores está em uma região de difícil acesso aos serviços públicos, por estar distante cerca de 35 km da sede do município. Esta escola, com acesso por estrada de terra, atende 70 crianças da rede municipal, sendo 18 delas matriculadas na pré-escola e 52 no Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano. O prédio escolar abriga ao mesmo tempo o Colégio Estadual do Campo Otávio Folda, da rede estadual de ensino. Atualmente, existem 5 salas de aulas, porém somente quatro estão sendo utilizadas, para que a sala restante seja usada como uma biblioteca improvisada. O espaço conta com uma quadra poliesportiva, dividida também com os alunos da rede Estadual, secretaria, cozinha, estoque de alimentos e um laboratório de informática (OBSERVAÇÃO DE CAMPO). A respeito dos recursos para merenda escolar, estes são administrados em dualidade, pelo município de Guaraniaçu e pelo Estado do Paraná.

Os estudantes frequentadores desta escola são filhos de trabalhadores dos grandes latifúndios de gado ao redor do distrito, com renda média de um a dois salários mínimos mensais. Em algumas épocas do ano há trabalho extra com remuneração pelo serviço prestado, diária ou empreitada, e em outras épocas, essas famílias vivem com os recursos dos programas assistenciais, como o Bolsa Família, para complementar a renda. Outros alunos são filhos de proprietários de pequenas áreas rurais, cuja atividade envolve sistema de integração de avicultura, possuindo renda variável de acordo com a venda dos lotes para as empresas frigoríficas. Dessa forma, 100% dos alunos que frequentam esta escola residem na zona rural (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

No município de Guaraniaçu a COOAFASG possui um centro de comercialização permanente de seus produtos. Este possui o nome comercial de “Celeiro do Agricultor”. Esta iniciativa beneficia tanto o agricultor por estar vendendo seu produto diretamente, sem atravessadores, bem como a população em geral que tem a possibilidade de adquirir produtos frescos e de boa qualidade direto do campo. Destaca-se que 100% dos cooperados residem nas áreas rurais do município de Guaraniaçu e suas propriedades são objetos de transferência intergeracional no interior da família.

Os principais produtos comercializados pela COOAFASG são hortifrúti em geral, como batata doce, batata, cabotiá, mandioca e hortaliças, ovos, panificados em geral, destacando pão integral, cuca colonial e pão caseiro colonial diversas variedades de bolachas caseiras, massas frescas como macarrão, agnoline, torteli, peixes, embutidos como salames, linguiças, queijos variados, frango caipira, mel, melado, fubá, canjica, quirera, vinagre colonial, vinho e algumas peças de artesanatos produzidos pelos agricultores familiares do município.

Na análise de conteúdo realizada nessa pesquisa, emergiram três categorias finais: Cooperativismo e transformação familiar; Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade e Formação de hábitos alimentares saudáveis, as quais serão analisadas na sequência.

a) Cooperativismo e transformação familiar:

A agricultura familiar sempre esteve presente na economia local do município de Guaraniaçu. Em 2010, foi fundada a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu (COOAFASG). A entidade já atuava há mais de dez anos e era chamada de Associação dos Agricultores Familiares do Município de Guaraniaçu (AAFAMIG). A integração entre os produtores decorreu devido à necessidade de consolidar a venda direta de seus produtos para instituições e consumidores locais, promovendo tranquilidade ao associado e segurança para exercer seu trabalho (COOAFASG, 2010). Sua missão consistia na luta pela sobrevivência no meio rural de forma justa, solidária e com maior qualidade de vida. A cooperativa passou então a participar dos projetos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do PNAE, além da formação de um centro de comercialização permanente da agricultura familiar. Ela está constituída atualmente cem famílias cooperadas.

Essa participação na venda de produtos para a merenda escolar estimulou a pesquisa com os agricultores da cooperativa. Durante a pesquisa de campo foi percebido que a renda adquirida com a venda dos produtos da AF para a merenda escolar proporcionou aos agricultores familiares a aquisição de bens de consumo, que eles usam para seu trabalho e lazer. Foi relatado de forma informal que uma das agricultoras, quando iniciou a venda de seus produtos para o PNAE, realizava as entregas com uma bicicleta, único meio de transporte que possuía na época. Ao longo desses anos de trabalho, esta agricultora conseguiu adquirir seu carro próprio, que ela utiliza para trazer seus produtos de sua propriedade rural até a cidade (OBSERVAÇÃO DE CAMPO).

Durante as entrevistas, os relatos também apontaram que houve um processo de transformação familiar entre os cooperados, a partir da participação nos

projetos do PAA e PNAE, favorecida pela lei nº11.947/2009, devido à necessidade de se incluir os alimentos da AF na merenda escolar. Nas falas dos agricultores é evidente de melhoria de renda familiar, aquisição de bens de consumo para a família e para a propriedade. Em uma das entrevistas, o agricultor comenta sobre a situação econômica da família: *“Mudou bastante a situação financeira mesmo; bens que a gente conseguiu comprar, foi através dessa venda para a merenda e a entrega aqui na Cooperativa”* (Agricultor familiar, entrevistado).

A engenheira de alimentos e interlocutora da cooperativa afirma que:

“o cooperativismo é importante para a agricultura familiar, porque o agricultor familiar sozinho não consegue vender o produto dele. Ele tem dificuldade de vender o produto dele, e o produto dele, quando ele consegue vender, ele não consegue preço, e quando eles estão organizados em forma de cooperativa, nesse sentido eles são mais fortes, porque eles têm mais produtos, eles têm um leque de produtos melhor para vender e oferecer, e eles conseguem um preço melhor também (Entrevistado G, interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos)”

Os relatos dos entrevistados vêm encontro com o que afirma Prezotto (2002), quando o autor diz que a agroindústria familiar rural pode ser uma alternativa viável para reverter as condições sociais vivenciadas no campo, pois impulsiona, direta e indiretamente, novas alternativas de trabalho e renda.

Turpin (2009) também corrobora nesse sentido. Ela afirma que o consumo de alimentos advindos da agricultura familiar e de suas organizações pode ser uma possibilidade viável para inserir socialmente setores que foram excluídos ao longo da história do país, como é o caso dos agricultores familiares, uma vez que sua produção é consumida em nível local, gerando e mais emprego para os produtores.

A participação dos agricultores familiares no PNAE e PAA contribuiu para a inclusão socioeconômica deste segmento nas demais esferas econômicas do município. Isso porque, com o valor recebido pela venda de alimentos, as famílias agora têm poder de compra de outros produtos e serviços, condições que revelam o sentimento de valorização do trabalho que realizam.

Em 2010, primeiro ano de execução da lei nº 11.947, o município atingiu 32,45% de compra de produtos da AF para a alimentação escolar, já cumprindo com o valor mínimo estabelecido pela legislação. Em 2015, este número foi maior ainda, onde o município destinou 97,87% dos recursos da merenda escolar para os alimentos da AF, por intermédio da COOAFASG. Entre os anos de 2013 e 2017, a compra de produtos da AF superou mais de 50% dos recursos aplicados para o PNAE.

Percebe-se a importância do cooperativismo para a consolidação da aquisição dos produtos da AF para o PNAE, uma vez que os agricultores organizados em cooperativa ou associações fortalecem o trabalho do setor e garantem o atendimento aos alunos. Não resta dúvidas que o PNAE fortaleceu a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, ao garantir a compra dos seus produtos através de no mínimo 30% exigidos na lei, além de agregar valor aos produtos, contribuiu para diminuir a pobreza no meio rural. Destaca-se o fato da cooperativa estar bem organizada para que a venda destes produtos ocorra sem interrupções. É notório também

o compromisso dos gestores municipais em dar o impulso para o setor agrícola familiar, no âmbito local e regional para garantir os produtos da AF nas escolas públicas.

b) Merenda escolar diversificada e de melhor qualidade:

O incentivo dado à AF, por meio da lei nº 11.947/2009 abriu a possibilidade de incluir na alimentação escolar alimentos regionais, frescos, produzidos de forma sustentável, que garantem aos alunos uma alimentação mais variada em gêneros e de melhor qualidade nutricional, pois possuem menos aditivos químicos prejudiciais ao paladar das crianças e à saúde.

Em 2010, quando a lei passou a ser colocada em prática, a nutricionista do PNAE mudou os cardápios da merenda escolar, e passou a incluir os produtos da AF produzidos pelos produtores locais, organizados na COOAFASG. Foram incluídos alimentos produzidos artesanalmente pelos agricultores, como pão integral, pão caseiro, frutas produzidas na região, como tangerina, laranja, ponkan, abacaxi, legumes como abóbora, batata, batata doce, mandioca. Também foram incluídos alimentos como o vinagre colonial, colorau, doces de frutas coloniais, frango caipira, bolachas caseiras, açúcar mascavo, massas artesanais como macarrão e agnoline, ovos caipiras, fubá, canjica e quirera coloniais.

Uma das participantes da pesquisa de campo destacou em sua entrevista as principais diferenças entre os produtos produzidos pela AF e os produtos industrializados. Ela afirma que:

“são produtos totalmente diferentes, um produto industrializado foi produzido para ter uma vida útil, uma vida de prateleira de muitos meses, enquanto o produto da AF é um produto colonial. Ele foi produzido com uma validade curta, e isso interfere também na saúde da pessoa, você vai deixar de consumir aditivos químicos e a longo prazo isso interfere na saúde da população em si, porque as crianças vão deixar de consumir produtos carregados de aditivos químicos. Então quanto mais produto da AF, melhor para as crianças, melhor para a saúde da população do município (Interlocutora da Cooperativa, engenheira de alimentos, entrevistada).”

Tais alterações feitas no cardápio da merenda escolar do município de Guaraniáçu reforçam o que está expresso na Resolução nº 26/2013, cujo texto estabelece que as entidades executoras (secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais e as escolas federais) comprem no mínimo 30% dos gêneros alimentícios oriundos da AF, com o objetivo de fortalecer e incentivar sua produção, e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação. A Resolução visa ainda, entre outros pontos, favorecer uma diversidade de produtos na alimentação escolar e estimular o consumo de alimentos da região (BRASIL, 2013; SARAIVA, SILVA, SOUZA, CERQUEIRA, & CHAGAS, 2013)

A inserção de alimentos naturais e frescos na alimentação das crianças contribui para o bom desenvolvimento infantil, atuando na prevenção de doenças como a obesidade, anemias, carências alimentares e demais doenças crônicas que podem acometer as crianças em função de má alimentação.

c) Formação de hábitos alimentares saudáveis

Do “mergulho” e da compreensão realizados durante a pesquisa, verificou-se que somente no ano de 2008, o PNAE movimentou um montante na ordem de R\$1,6 bilhão, beneficiando mais de 36 milhões de crianças que fizeram pelo menos uma refeição ao dia.

Nesta pesquisa de campo foi observado, tanto nas escolas visitadas, quanto por meio das falas dos entrevistados que a mudança na legislação do PNAE trouxe à tona mudanças no padrão alimentar e a introdução dos produtos da AF pôde contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis nos alunos consumidores. A introdução de alimentos frescos, naturais, tradicionais da região, de sabores variados pode conquistar o paladar dos alunos e promover mudanças alimentares que irão levar para a vida adulta.

Nesse sentido, Triches, Froehlich & Schneider (2011) afirmam que o ambiente é decisivo na formação de hábitos alimentares, e fundamental para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade. Para tanto, a escola tem sido o grande local para abordar estas questões, uma vez que é nela que os alunos passam boa parte do seu dia e se alimentam ao menos de uma refeição. Assim, esta refeição deve trazer benefícios para a saúde da criança e contribuir para a prevenção de doenças e obesidade. Nesse sentido, a inserção de alimentos da AF na alimentação escolar se tornou um eixo formador de bons hábitos alimentares, seja pela gama de produtos que podem ser oferecidos, seja pela forma como são produzidos.

De fato, o modelo de compras para a alimentação escolar antes da sanção da lei 11.947/09 privilegiava produtos industrializados, formulados, em sua maioria, pobre em nutrientes ou enriquecidos de forma artificial. Além disso, não valorizava os alimentos regionais e sustentáveis, pois se tratava de cardápios padronizados, compostos por sopas semiprontas, enlatados e outros alimentos de rápido preparo, muitos deles necessitando apenas de diluição. Os alimentos, em sua maioria, eram servidos cozidos e frutas e verduras não faziam parte dos cardápios.

Spinelli & Canesqui (2002) salientam que, com a descentralização do PNAE em 1994, a gestão da alimentação escolar pelos municípios possibilitou o planejamento dos cardápios de acordo com a cultura alimentar das comunidades e a maior participação da sociedade civil, por meio dos CAEs no gerenciamento do Programa.

Privilegiar alimentos naturais e saudáveis em detrimento dos produtos industrializados e “ricos” em aditivos químicos e altamente processados é uma forma de contribuir para a formação de bons hábitos de vida, e bons hábitos alimentares, que devem ser construídos ao longo da vida e principalmente desde os primeiros anos, por isso a importância de uma alimentação adequada nas escolas.

Considerando a escola como agente de mudanças e formação do indivíduo na sua totalidade, considera-se que a sanção da lei nº11.947/2009 contribuiu de forma efetiva para a mudança no perfil de alimentação dos escolares e na formação de hábitos alimentares saudáveis nos escolares de Guaraniaçu. Esses hábitos construídos na infância podem se projetar para a vida adulta.

CONCLUSÕES

Com base na pesquisa realizada, identificou-se que a forma de cooperati-

smo fortaleceu a agricultura familiar no município de Guaraniaçu/PR, e permitiu ao setor abertura de mercados que garantem o sustento e renda para muitas famílias que vivem no campo. Destaca-se também a importância da relação que se estabeleceu entre o PNAE e a AF, especialmente com a sanção da Lei nº11.947/2009, que instituiu a inserção dos produtos da AF na alimentação escolar.

Essa mudança no padrão alimentar nas escolas possibilitou aos alunos o consumo de alimentos naturais, frescos e que respeitam a cultura alimentar local. Estes alimentos são produzidos pela agricultura local, de forma artesanal, minimamente processados, que indicam qualidade na alimentação, como o preconizado pelas instituições de saúde.

Considerando que a escola é um espaço em que as crianças passam boa parte do seu dia, promover uma alimentação adequada neste ambiente é fundamental para a formação de hábitos alimentares saudáveis que podem se projetar para a vida toda.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, J. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba (2007)**. 164 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- BRASIL. (17 de junho de 2009). Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Brasil.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. (2008). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2 ed. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Brasil: MEC, FNDE, SEED.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. (17 de junho de 2013). Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE)**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Brasil.
- CARDOSO, L. (2004). FNDE. Acesso em 14 de março de 2018, disponível em <http://www.fnde.gov.br/area-de-impressao/institucional/area-de-impressao/noticias/item/121-pnae-faz-balan%EF%BF%BDdo-positivo-da-atua%E-F%BF%BD%EF%BF%BDdo-em-2003?tmpl=component&print=1/>.
- CASSOL, B. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua relação com a agricultura familiar no município de Guaraniaçu, no período de 2003-2015: um estudo de caso**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2019.
- COIMBRA, M., & MEIRA, J. (1982). **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil**. Belo Horizonte: MEC, INAE.
- CORRÉA, R., ROCKETT, F., ROCHA, P., SILVA, V., & OLIVEIRA, V. (2017). **Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2(22), 563-574.
- IBGE. (2010). Censo Demográfico 2010. Acesso em 30 de Agosto de 2018. Disponível em IBGE: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=410930
- MINATEL, J., & BONGANHA, C. (2015). **A importância do cooperativismo e da agricultura familiar**. *Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, 4(4), 247-259.
- MINAYO, M. (Org.). (2007). **O desafio do conhecimento** (10 ed.). São Paulo: HUCITEC.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. (02 de Agosto de 2017). FNDE. Fonte: FNDE: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>
- PREZOTTO, L. (2002). **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte**. *Revista de Ciências Humanas*, 1(31), 133-153.
- SANTOS, F., & GARCIA, M. (2017). **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Alto Sertão Sergipano: transformações e permanências na reprodução camponesa**. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 5 - Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo.
- SARAIVA, E. B., SILVA, A., SOUZA, A., CERQUEIRA, G., & CHAGAS, C. T. (2013). **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. *Cien Saude Colet.*, IV(18), 927-935.
- SPINELLI, M., & CANESQUI, A. (jan-abr. de 2002). **O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995)**. *Revista de Nutrição*, 15(1), 105-117.
- STEFANINI, M. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1997. Tese de Doutorado. São Paulo. 1997.

- STOLARSKI, M. **Avaliação do Programa Merenda Escolar no Estado do Paraná**. Monografia de Especialização. Curitiba. 2001.
- STOLARSKI, M. (2014). **Caminhos da Alimentação Escolar no século XXI: Histórico da Política Nacional e avanços na gestão do Paraná**. In: Alimentação Saudável e Sustentabilidade Ambiental nas escolas do Paraná. Curitiba, PR: Instituto EMATER.
- TRICHES, R., & SCHNEIDER, S. (2010). **Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção**. Saude soc., 19(4), 933-945.
- TRICHES, R., FROELICH, E., & SCHNEIDER, S. (2011). **Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar de dois Irmãos (RS)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- TURPIN, M. (2009). **A alimentação escolar como fator de desenvolvimeneto local por meio do apoio aos agricultores familiares**. Segurança Alimentar e Nutricional, 16(2), 20-42.
- VASCONCELOS, F. (2005). **Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula**. Rev Nutr, 4(18), 439-457.
- VILLAR, B., SCHWARTZMAN, F., JANUARIO, B., & RAMOS, J. (Agosto de 2013). **Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Rev. bras. epidemiol. [online]., 16(1), 223-226.
- WENUKA, M., SANDRI, I., LOPES, R., & FERREIRA, F. (1996). Município de Guaraniaçu. Departamento Municipal de Educação. Guaraniaçu, PR, Brasil. Tavares, G.P.; Almeida, R.M. (2010). **Violência, dependência química e transtornos mentais em presidiários**. Estudos de Psicologia, 27(4): 545-552.
- Vilela, E.M.; Mendes, I.J.M. (2003). **Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico**. Rev. Latino-Am. Enfermagem[online]. 11(4):525-531.
- World Health Organization. (1997). **Nursing practice around the world**. World Health Organization, Geneva.